

SUMÁRIO

Prefácio de KELSEN à primeira edição.....	5
Prefácio de KELSEN à segunda edição	13
Prólogo da edição de Viena	17
Prólogo de KELSEN à edição de Thévenaz.....	19
Vida e obra de HANS KELSEN.....	21
Histórico desta tradução.....	25

A TEORIA PURA DO DIREITO

ROBERT WALTER

CAPÍTULO I Noção geral	37
1. Sobre o objeto “direito positivo”	37
2. Sobre a teoria da dogmática	38
3. Motivos para a escolha do objeto e do método	40
4. Consequências da escolha do objeto e do método dogmático.....	41
5. Sobre a generalidade da teoria.....	42
6. Perfil histórico-científico da Teoria Pura do Direito	42
7. Sobre as bases filosóficas da Teoria Pura do Direito.....	43
8. O perfil histórico da Teoria Pura do Direito.....	44
CAPÍTULO II A teoria das normas	46
1. Generalidades.....	46

2. Normas jurídicas	47
3. Espécies de normas jurídicas	47
4. Disposições jurídicas.....	49
CAPÍTULO III A teoria da formação escalonada do sistema jurídico	50
CAPÍTULO IV A doutrina da interpretação.....	53
CAPÍTULO V Direito e Estado.....	55
CAPÍTULO VI Direito, ciência jurídica e lógica	58
CONCLUSÃO.....	63

TEORIA PURA DO DIREITO

INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA CIENTÍFICA DO DIREITO

HANS KELSEN

CAPÍTULO I Direito e natureza	67
1. A “pureza”	67
2. Fato natural (ato) e seu significado	68
3. A autointerpretação do material social (o significado subjetivo e objetivo)	69
4. A norma como esquema de interpretação.....	71
5. A norma como ato e substrato de sentido.....	72
6. Validade e âmbito de validade da norma.....	73
7. Conhecimento das normas jurídicas e sociologia jurídica....	75
CAPÍTULO II Direito e moral	77
8. Direito e justiça	77
9. A tendência anti-ideológica da Teoria Pura do Direito	81
CAPÍTULO III O conceito de direito e a teoria da proposição jurídica....	83
10. A teoria do direito natural e o positivismo jurídico	83

11. O “dever ser” como categoria do direito	84
a) O “dever ser” como ideia transcendental.....	84
b) O “dever ser” como categoria transcendental	85
c) Retorno ao direito natural e à metafísica	88
12. O direito como norma coercitiva	88
13. O conceito de antijuridicidade.....	89
14. O direito como técnica social.....	91
a) A eficácia do ordenamento jurídico	91
b) A norma secundária.....	92
c) Motivos da obediência ao direito	94
15. A negação do “dever ser”	95
16. O sentido normativo do direito.....	96
17. O “dever ser” e o “ser” do direito.....	99
CAPÍTULO IV Dualismo da teoria do direito e sua dominação	101
18. Origem jusnaturalista do dualismo do direito objetivo e subjetivo.....	101
19. Conceito de direito subjetivo	102
20. Conceito de sujeito de direito ou de pessoa.....	103
21. Significado ideológico dos conceitos de “direito subjetivo” e de “sujeito de direito”	104
22. Conceito de relação jurídica	106
23. Conceito de dever jurídico.....	107
24. Redução do direito subjetivo ao objetivo.....	108
a) Norma jurídica como dever jurídico	108
b) Norma jurídica como autorização	108
c) Autorização como participação na produção do direito	110
25. Dissolução do conceito de pessoa	112
a) A pessoa “física”	112

b) A pessoa “jurídica”	114	
c) Obrigação ou autorização mediata e imedata de indivíduos.....	115	
d) Imputação (<i>Zurechnung</i>) central.....	116	
e) Limitação da responsabilidade.....	117	
f) Significado ideológico da antinomia indivíduo e sociedade	117	
26. Caráter universalista da Teoria Pura do Direito	118	
CAPÍTULO V Ordenamento jurídico e seu escalonamento.....		121
27. Ordenamento como sistema de normas.....	121	
28. Ordenamento jurídico como conexão criadora	122	
29. Significado da norma fundamental	125	
30. Norma fundamental do ordenamento jurídico estatal singular	126	
a) Conteúdo da norma fundamental.....	126	
b) Validade e eficácia do ordenamento jurídico (direito e poder)	128	
c) Direito internacional e norma fundamental do ordenamento jurídico estatal singular	129	
d) Validade e eficácia da norma jurídica única	130	
31. Escalonamento do ordenamento jurídico	131	
a) A Constituição	131	
b) A legislação: conceito de fonte do direito.....	133	
c) Jurisdição	136	
d) Justiça e administração	137	
e) Negócio jurídico e ato executivo	138	
f) Relatividade da antítese entre produção e aplicação do direito.....	139	
g) Posição do direito internacional no escalonamento	140	
h) Conflito de normas de diversos graus	140	

CAPÍTULO VI Interpretação.....	146
32. Motivo e objeto da interpretação	146
33. Indeterminação relativa do grau inferior em relação ao grau superior	147
34. Indeterminação intencional dos graus inferiores	148
35. Indeterminação não intencional dos graus inferiores	149
36. A norma como moldura dentro da qual há várias possibilidades de execução.....	150
37. Os denominados métodos de interpretação	151
38. A interpretação como ato de conhecimento ou de vontade...	153
39. A ilusão da segurança jurídica	154
40. O problema das lacunas	155
41. As denominadas lacunas técnicas	157
42. Teoria das lacunas do legislador.....	159
CAPÍTULO VII Métodos de produção do direito.....	161
43. Forma do direito e forma do Estado	161
44. Direito público e direito privado.....	162
45. Significado ideológico do dualismo do direito público e privado.....	164
CAPÍTULO VIII Direito e Estado.....	168
46. Dualismo tradicional do direito e Estado.....	168
47. Função ideológica do dualismo do direito e Estado	169
48. Identidade do direito e Estado	170
a) O Estado como ordenamento jurídico.....	170
b) O Estado como problema de imputação jurídica	172
c) O Estado como aparelho de órgãos funcionais.....	173
d) Teoria do Estado como Teoria do Direito	177

e) O poder do Estado como eficácia do ordenamento jurídico	178
f) Dissolução da ideologia da legitimidade	180
CAPÍTULO IX Estado e direito internacional	181
49. Essência do direito internacional	181
a) Graus do direito internacional: sua norma fundamental... ..	181
b) Direito internacional como ordenamento jurídico primitivo	183
c) Obrigação e autorização meramente mediatos, através do direito internacional	185
50. Unidade do direito internacional e do direito estatal singular	187
a) Unidade do objeto como postulado gnoseológico	187
b) Relação recíproca de dois sistemas normativos	189
c) Construção monista ou dualista	190
d) Primado do ordenamento jurídico estatal	191
e) Negação do direito internacional	194
f) Dissolução da “contradição” entre direito internacional e direito estatal singular.....	195
g) Primado do ordenamento jurídico do direito internacional	198
h) O Estado como órgão da comunidade de direito internacional	201
i) A Teoria Pura do Direito e a evolução do direito mundial .	204